



ATA ABRIL/2022 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 18 de abril de 2022, às 18h no auditório da Casa dos Conselhos, pelo aplicativo GOOGLE MEET.

1 Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às dezoito
2 horas e vinte e três minutos, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da
3 Mulher, no auditório da Casa dos Conselhos, situado à Avenida Koeler, 260 –
4 Centro. Com a presença das senhoras conselheiras: ADRIANA VITAL SILVA
5 XAVIER, ALINE DE CARVALHO LIMA, ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE
6 ALCÂNTARA, AUREA GONÇALVES DA SILVA, CLAUDIA CARNEIRO FARIAS
7 DA SILVA, MARIA AUXILIADORA PIRES RIBEIRO, MARIA DE FÁTIMA DA
8 SILVA, MARIA DE LOURDES THOMAZ DE SOUZA, MARIA ISABEL LOPES DA
9 COSTA, MARIZA ALVES DE FARIA, ROSEMERE DE PAULA MACEDO
10 CARVALHO, ROSINA BEZERRA DE MELLO SANTOS ROCHA, SHIRLEI
11 SOUZA RAMOS, SILVIA FERNANDA PEREIRA, SIMONE IZIDIO CESÁRIO
12 GOMES VIVARINI, SONIA CRISTINA DA SILVA FURTADO, SONIA REGINA
13 PEREIRA ALVES, SUELEN ABREU AGASSIS RIBEIRO, THÁÍS JUSTEN
14 GOMES, VERÔNICA FRANCISCO MARCOLINO. A reunião teve como pauta
15 publicada: 1) Aprovação das Atas anteriores; 2) Sala do COMDIM; 3) Retorno da
16 nossa visita à Sala Lilás; 4) Participação do COMDIM na construção do próximo
17 Plano de Contingência Municipal. (Temos que pautar as questões das mulheres
18 nos abrigos e situações afins); 5) Discussão sobre a denúncia que recebemos
19 sobre as equipes dos abrigos estarem coagindo uma mulher a não se separar/
20 retornar para o agressor; 6) Planejamento da atividade de maio com o Ônibus
21 Lilás. Ação no Caxambu para realizar uma Roda de Conversa com as mulheres
22 e outras atividades; 7) Assuntos Gerais. A Conselheira Ana Rute Kutter, justificou
23 a sua ausência, por meio do grupo de trabalho do whatsapp, por ter aula na

24 faculdade no mesmo horário. A Presidente Ângela Alcântara deu início à reunião
25 às dezoito horas e vinte e três minutos, após cumprimentar a todas, passou a
26 palavra para o coordenador da Casa dos Conselhos, Tiago Ezequiel, que se
27 apresentou colocando a sua coordenadoria à disposição do Conselho e das
28 Conselheiras. Como primeiro ponto de pauta, a Presidente Ângela falou que será
29 agendada uma extraordinária para aprovar as atas de novembro, janeiro e
30 fevereiro. A ata de março não foi enviada em tempo, pois houve um erro técnico
31 no envio, ficando o e-mail com a ata na caixa de rascunho eletrônico. Portanto
32 foi lida durante a reunião e será enviada por e-mail com as devidas retificações
33 feitas em plenária para aprovação por e-mail. Todas as conselheiras presentes
34 concordaram com a decisão sem discordância. Ângela disse que será agendada
35 uma extraordinária, para rever a alteração da lei deste conselho, e que tomou
36 ciência do processo de alteração de lei. O item 2 da pauta, sobre a sala do
37 COMDIM, a Presidente Ângela sugeriu que a presente, Karoline Cerqueira
38 transmita à Secretária-Chefe de gabinete, a sugestão da sala do COMDIM ser
39 próximo ao CRAM, pois a parceria está sendo positiva para ambos e o COMDIM
40 necessita reativar o espaço para voltar a fazer atendimentos e
41 encaminhamentos. Como item 3 da pauta, a Presidente Ângela disse que
42 convidou as Conselheiras da Sociedade Civil, para fazerem uma visita à Sala
43 Lilás, porém no dia houve uma paralização dos transportes coletivos no
44 município e muitas não conseguiram ir. Estiveram presente na Sala Lilás, a
45 presidente Ângela e as conselheiras Maria Auxiliadora e Mariza Alves. Ângela
46 demonstrou insatisfação, pois a perita Cíntia Carius do Equipamento Sala Lilás,
47 é conselheira do COMDIM e não foi comunicada para acompanhar a visita, que
48 pretende notificar por escrito, junto à Sala Lilás, sem deixar de elogiar o trabalho
49 feito no Equipamento. Ângela disse que já planeja uma visita do Conselho à Sala
50 Violeta. A Conselheira Thaís Justen, sugeriu uma Roda de Conversa com os
51 aparelhos, juntamente com a Patrulha Maria da Penha. A Conselheira Suelen
52 Ribeiro falou da visibilidade que essa Roda de Conversa dará a esses
53 equipamentos e também ao COMDIM. A Conselheira Maria Auxiliadora falou que
54 a Rede de Proteção À Mulher só será plena, quando todos esses equipamentos,
55 o CRAM e o COMDIM estiverem alinhados em suas informações. O item 4 da
56 pauta, a Presidente Ângela Alcântara solicitou que o COMDIM seja inserido no
57 Plano de Contingência Municipal, levando em consideração que o maior de

58 óbitos ocorridos nas últimas chuvas; o maior número de desabrigadas; o maior
59 número da população petropolitana; são mulheres. E por isso, o Conselho da
60 Mulher não pode ficar em segundo plano. (Temos que pautar as questões das
61 mulheres nos abrigos e situações afins), Ângela lamentou a ausência e a
62 necessidade da presença do Conselho nos abrigos, que o Conselho precisa
63 estar envolvido dentro das ações do município em favor das mulheres. No item
64 5 da pauta, A presidente Ângela Alcântara disse o Conselho realizou uma
65 reunião juntamente com o CRAM, em um ponto de abrigo do município e
66 algumas mulheres que foram vítimas das chuvas e estavam abrigadas neste
67 local, e que viu ali a falta que fez a atuação deste conselho nos abrigos. Falou
68 que tomou conhecimento durante esta reunião no abrigo, sobre um casal que
69 constantemente brigava no local, inclusive na presença dos filhos e de outras
70 crianças, ao apurar a situação, Ângela disse que o coordenador do abrigo, pediu
71 ajuda ao Conselho, para que não houvesse a separação do casal, e sim a
72 intervenção em prol da família. A Conselheira Maria Auxiliadora disse que
73 recebeu a denúncia que o mesmo coordenador autorizou a entrada deste
74 homem no abrigo, pois o mesmo estava proibido de se aproximar da mulher das
75 crianças por medida protetiva, e quando a Conselheira Maria Auxiliadora chegou
76 ao abrigo, disse ter visto o referido homem no local com as duas crianças
77 menores. Ângela solicitou à Conselheira Cláudia, representante da Secretaria de
78 Assistência Social, que se desse uma atenção especial às famílias do abrigo do
79 Santa Isabel, pois faltava até entretenimento para as crianças, o local não
80 contava com internet e aparelhos televisores, que tentou fazer contato com o
81 Secretário de Assistência Social, Fernando Araújo, porém sem êxito. A
82 Conselheira Aurea, com a palavra, disse que é frequente ter atividades
83 recreativas para as crianças deste abrigo e que os pontos de abrigo em que ela
84 atuou, havia sim, assistência de saúde e social para as famílias. A presidente
85 Ângela, citou sobre a falta de assistência médica para estas famílias, pois ela
86 recebeu a informação que as famílias receberiam atendimento médico do posto
87 de saúde próximo ao local, porém não estava sendo feito. A conselheira Maria
88 Auxiliadora, citou que uma das crianças abrigadas no local, necessitava de
89 atendimento médico, para conseguir uma prescrição de medicação e manter seu
90 tratamento de epilepsia. A Conselheira Maria Auxiliadora ainda questionou,
91 porque as famílias que estão no abrigo do Santa Isabel não estão sendo

92 atendidas pelo posto próximo. A conselheira Claudia, em resposta, disse que as
93 famílias destes abrigos, são cadastradas e atendidas pelos postos próximos às
94 suas antigas residências, porém agentes de saúde estão dando cobertura aos
95 abrigos. A Karoline Cerqueira disse estar atenta à todas as demandas, que irá
96 averiguar cada uma delas, principalmente a questão da reclamação quanto ao
97 coordenador do abrigo citado e também as demandas relacionadas aos
98 atendimentos médicos nos abrigos. A Conselheira Claudia disse que muitas
99 famílias precisaram procurar abrigo, ou foram realocadas, fora da área
100 referenciada pelo posto que eram atendidas, fazendo com que cada caso seja
101 tratado individualmente. A Conselheira Adriana Vital, falou sobre a
102 individualidade dos casos e sobre a apresentação das falhas, uma vez que os
103 postos de saúde fornecem a atenção básica, e o que foge desta questão, é
104 elevado a um nível de atendimento intermediário, que externa do abrigo o
105 atendimento a esta criança ou qualquer outro paciente. Falou da rede de
106 assistência que foi montada voltada para essas famílias, desde o dia 15 de
107 fevereiro, que houve apresentação de falhas, mas também houveram muitos
108 acertos, a partir de muito esforço e empenho das equipes. E questionou qual o
109 objetivo da inserção do Conselho no Plano de Contingencia, que tem uma
110 abordagem mais técnica operacional, não discordando da inserção, mas que
111 seja feita uma boa fundamentação para que as propostas e ações não se
112 percam. A presidente Ângela falou que em apenas uma visita a um abrigo, foram
113 encontradas tantas demandas que já oferece motivos suficientes para a
114 participação do Conselho no Plano de Contingência do município, e que precisa-
115 se ter força de vontade e interesse por parte das conselheiras em ir e lutar pelos
116 direitos, seja Sociedade Civil ou Governo. A Conselheira Silvia falou que as
117 reclamações precisam ser pautadas em reunião das duas representações, pois
118 a sociedade civil precisa estar a par das questões, pois falta informação do Poder
119 Público. A Conselheira Thaís Justen, falou enquanto Coordenadora do CRAM,
120 que realizou diversas visitas e atendimentos aos abrigos, e que a realidade é
121 árdua, que é válido que o COMDIM atue mais nos abrigos para averiguar as
122 questões e que é necessário a criação de um manual de como agir em casos de
123 abrigo com relação à gêneros. A conselheira Maria Auxiliadora, citou o Artigo 3º,
124 inciso VIII do Regimento Interno deste conselho e falou do despreparo das
125 pessoas que estão trabalhando nos abrigos, que vivenciou experiências de

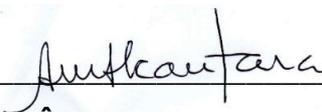
126 violência psicológica e verbal nos abrigos, citou que teve com uma mulher que
127 queria se alimentar em determinado abrigo, juntamente com o filho, pois já
128 estava no aluguel social, porém ainda não havia recebido o kit de móveis e
129 eletrodomésticos em sua nova casa, A Conselheira Maria Auxiliadora, disse que
130 foi até a cozinha do abrigo e solicitou quentinhas para aquela mulher se alimentar
131 junto a sua família, e garantiu que até seu kit chegar, seriam entregues
132 quentinhas em sua casa, vindas do abrigo do Colégio Rui Barbosa. Maria
133 Auxiliadora citou também, que visitou a casa de uma família que esteve abrigada
134 na igreja Santo Antônio e que foi beneficiada pelo aluguel social, no último final
135 de semana, e que esta família reclamou que não recebeu nenhuma ajuda do
136 poder público, que tudo que havia na casa foi adquirido através de doações de
137 amigos, ong's e igrejas. A conselheira Thaís Justen, explicou o ocorrido com a
138 mulher do abrigo, dizendo que a mediação do CRAM foi de encaminhar esta
139 mulher para a defensoria e posteriormente manter o acompanhamento desta
140 usuária em sua demanda. Karoline Cerqueira disse que passará ao gabinete as
141 demandas citadas para as devidas verificações dos casos passados pela
142 conselheira Maria Auxiliadora, porém ressaltou que, os abrigos localizados em
143 igrejas, limitavam as ações do município. Reforçou a importância da atuação do
144 COMDIM no Plano de Contingência, mas que tudo precisa ser muito bem
145 estruturado para que o trabalho seja eficaz. Sugeriu como o Conselho pode atuar
146 no abrigo além de fiscalizar, fazer um plano referendando essas mulheres. A
147 conselheira Maria Auxiliadora, falou que pode ser montado um plano de
148 capacitação para atuação em abrigos, para que numa outra eventualidade,
149 ocorra-se menos falhas. A conselheira Suelen Ribeiro, disse que um ponto
150 importante nesse assunto leva a falta de articulação, capacitação e na deficiência
151 de discussões com quem está trabalhando na prática. 6) Planejamento da
152 atividade de maio com o Ônibus Lilás e Ação no Caxambu para realizar uma
153 Roda de Conversa com as mulheres e outras atividades, Karoline Cerqueira
154 sugeriu uma atuação com a distribuição de roupas, feita pelo COMDIM. A
155 Conselheira Thaís Justen, informou que o Ônibus Lilás já está em operação
156 novamente, que o reparo foi realizado, A presidente Ângela Alcântara disse que
157 a princípio, a ação seria pioneira no Caxambu, pois houve a informação que
158 alguns abrigos seriam desmobilizados transferindo essas famílias para o abrigo
159 do Caxambu. A conselheira Suelen Ribeiro, sugeriu que essa ação abranja

160 outras comunidades e que haja uma continuidade no atendimento destas
161 famílias que saíram dos abrigos e foram para residências com o aluguel social.
162 A conselheira Thaís Justen, justificou que existe uma limitação no município para
163 a atuação do Ônibus Lilás, devido ao tamanho do equipamento. Karoline
164 Cerqueira falou do Plano de atendimento na prefeitura, mas que demanda
165 planejamento para elaboração, decreto, criação de equipamento etc. e que o
166 município precisa atuar e pode ser o pioneiro nesse plano de atendimento
167 diferenciado em situações de desastres naturais. Precisa-se ver, enxergar a
168 demanda e discutir o futuro, concluiu Karoline Cerqueira. A Conselheira Rosina
169 Bezerra elogiou a fala de Karoline Cerqueira e sugeriu como ideia para este
170 equipamento, o retorno à essas famílias acolhidas após um determinado tempo,
171 Rosina citou como exemplo, a ligação que recebeu três meses após sua filha ter
172 concluído um curso universitário, onde a instituição fez uma pesquisa de campo,
173 perguntando se a ex-aluna estava atuando na área formada recentemente, entre
174 outras perguntas e explicou que por cinco anos, foi feito este trabalho pela
175 instituição, onde o grupo de pesquisa da universidade ligava a cada seis meses
176 para fazer esta triagem. 7) Em Assuntos Gerais, último item da pauta, A
177 conselheira Maria Auxiliadora, indagou como ficará o atendimento à essas
178 famílias vítimas da tragédia, e que foram morar em outros municípios. A
179 conselheira Silvia Fernanda, fez uma observação em relação à fala de Rosina
180 Bezerra no item 6 desta ata, onde sugeriu que essa triagem feita com as famílias,
181 poderiam ser realizadas pelos alunos da UCP que são beneficiados pelo
182 vestibular social da prefeitura, pois uma das cláusulas do regulamento
183 beneficiando o candidato à bolsa de estudos, é justamente a prestação de
184 serviço voluntário à prefeitura por um ano, dentro da área em que está cursando
185 a graduação. A conselheira Suelen Ribeiro, aprovou a sugestão de Silvia
186 Fernanda, porém ressaltou a importância do serviço de supervisão e qualificação
187 para acompanhar o alunado. A presidente Ângela solicitou que seja feito um
188 ofício à SAS, com o encaminhamento de uma usuária, que necessita de
189 atendimento desta secretaria, pois precisou sair de casa com seus filhos
190 menores por ter sido vítima de violência doméstica. A Conselheira Thaís Justen,
191 disse que esta usuária já está sendo acompanhada pelo CRAM, e suas
192 demandas estão sendo atendidas. A conselheira Mariza Alves falou sobre uma
193 solicitação que recebeu de mulheres Trans, no evento que aconteceu no último

194 final de semana, no Parque de Exposições em Itaipava, e se é possível serem
195 atendidas pelo CRAM, pois as mesmas se sentiram ofendidas, por não ter
196 banheiros específicos ao público. Em resposta, a Conselheira Thaís Justen,
197 explicou que o CRAM pensa em montar um atendimento conjunto com o Centro
198 da Cidadania, podem atuar nessa questão do atendimento, pois não é uma pauta
199 de atendimento específica do CRAM, mas que podem procurar o local para
200 serem atendidas e que elas podem também procurar a defensoria pública, caso
201 tenham sido constrangidas a não usar o banheiro feminino. Nada mais havendo
202 a tratar, a presidente Ângela Alcântara, encerrou a reunião às vinte horas e trinta
203 e cinco minutos, agradecendo a participação de todas. Essa ata segue lavrada
204 e assinada por mim, Gisele Cristina de Paula Moreira, Secretária Executiva e
205 pela presidente, Ângela Alcântara.



Gisele Cristina de Paula Moreira
Secretária Executiva do COMDIM



Ângela Alcântara
Presidente do COMDIM